

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: AS CONSEQUÊNCIAS DA DÍVIDA EDUCACIONAL E OS CAMINHOS EM BUSCA DA SUPERAÇÃO

Thânia Mara Kaminski Jacon ¹

Paola Andressa Scortegagna ²

RESUMO

Este artigo aborda o avanço histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, tendo como referência os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2024, o país alcançou a melhor taxa de alfabetização de sua história, atingindo 93%. Apesar do avanço expressivo, esse índice ainda revela que 11,4 milhões de brasileiros permanecem sem habilidades básicas de leitura e escrita, o que representa uma taxa de analfabetismo de 7%. O estudo destaca a disparidade entre diferentes faixas etárias, evidenciando que o grupo de 15 a 19 anos tem buscado consolidar a alfabetização, enquanto a população acima de 65 anos ainda apresenta os maiores índices de analfabetismo. Esses dados refletem a dívida educacional histórica e o impacto do descaso com a EJA ao longo das décadas, mas também evidenciam avanços obtidos por meio de políticas e programas voltados à modalidade. A pesquisa se propõe a analisar os dados educacionais do IBGE desde 1940 até 2022, articulando-os com as reflexões de autores como Di Pierro (2000, 2007, 2017), Fávero (2004, 2009), Freire (1967, 1974) e Haddad (2000). A partir desse panorama, busca-se apresentar os desafios superados pela EJA, bem como apontar os obstáculos ainda presentes na atualidade, contribuindo para a compreensão da trajetória e das perspectivas dessa modalidade educacional no Brasil.

Palavras-chave: Censo demográfico brasileiro, Educação de Jovens e Adultos, Direito à educação.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem uma trajetória marcada por avanços, retrocessos e constantes desafios. Desde o século XX, a modalidade tem sido concebida, ora como um espaço de garantia de direitos, ora como uma resposta emergencial ao atraso educacional do país. Pesquisadores como Di Pierro (2000, 2007, 2017) e Fávero (2004, 2009) mostram que a EJA sempre esteve relacionada ao esforço de superação do analfabetismo, mas também refletiu as desigualdades sociais e regionais que estruturam a sociedade brasileira. Paulo Freire (1967, 1974), por sua vez, ampliou esse debate ao compreender a alfabetização não apenas como aprendizado da leitura e da escrita, mas como prática de liberdade e de conscientização. Já Haddad (2000) destaca as

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, thania.jacon20@gmail.com;

² Professora orientadora: doutora em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, paolascortegagna@uepg.br.



tensões que atravessam as políticas públicas para a EJA, revelando a distância entre o direito proclamado e as condições reais para sua efetivação.

É nesse contexto que este artigo se insere, ao analisar o percurso histórico da EJA no Brasil com base nos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 1940 até 2022. O marco mais recente, divulgado em 2024, mostrou que o país alcançou a maior taxa de alfabetização de sua história, atingindo 93%. Esse dado, embora positivo, ainda convive com uma realidade preocupante: cerca de 11,4 milhões de brasileiros permanecem sem habilidades básicas de leitura e escrita, o que corresponde a uma taxa de analfabetismo de 7%. Ao mesmo tempo em que indica progresso, o resultado evidencia limites e desigualdades que ainda precisam ser enfrentados.

A relevância desta pesquisa está justamente em dar visibilidade a essa dívida histórica, que permanece como um dos principais entraves para a democratização da educação no Brasil. A situação se expressa de maneira desigual entre gerações: enquanto os jovens de 15 a 19 anos vêm consolidando maiores índices de alfabetização, a população com mais de 65 anos concentra os números mais altos de analfabetismo. Dessa forma, compreender a EJA significa não apenas analisar indicadores educacionais, mas também refletir sobre os sentidos sociais e políticos dessa modalidade, fundamental para a inclusão e para a justiça social.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem documental e histórica, cruzando os indicadores do IBGE com reflexões de autores que problematizam a função social da EJA. Os resultados parciais apontam que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, sobretudo com programas voltados ao enfrentamento do analfabetismo, ainda persistem desigualdades significativas, que revelam a dificuldade histórica de universalizar o direito à educação básica no país.

Assim, esta introdução delinea a relevância do tema, apresenta o recorte metodológico da pesquisa e antecipa suas principais discussões. Ao recuperar o percurso da EJA no Brasil, busca-se não apenas compreender seus avanços e limitações, mas também fortalecer o debate sobre políticas públicas que assegurem a todos os cidadãos o direito fundamental à educação, reconhecendo a EJA como uma modalidade estruturante da escolarização brasileira e não apenas como um recurso compensatório.

METODOLOGIA



A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental e histórico, voltada à análise da trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Conforme destaca Cellard (2008), a análise documental constitui-se como procedimento fundamental para compreender processos sociais e históricos, permitindo ao pesquisador reconstruir práticas, discursos e políticas a partir de registros produzidos ao longo do tempo.

Assum sendo, a análise documental é uma modalidade de pesquisa vinculada à abordagem qualitativa. Vale destacar que os métodos qualitativos e quantitativos não são incompatíveis e podem, inclusive, ser combinados quando pertinente. No entanto, a abordagem qualitativa concentra-se em aspectos da realidade social que não podem ser totalmente captados por números, buscando compreender significados, contextos e processos de forma mais aprofundada. Sobre a pesquisa qualitativa,

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Nesse sentido, o estudo fundamenta-se na investigação de dados estatísticos oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo os Censos Demográficos realizados entre 1940 e 2010, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) até 2022, além das informações mais recentes divulgadas em 2024. Por se tratar de bases públicas e reconhecidas, os dados garantem a confiabilidade e a legitimidade da análise empreendida.

O procedimento metodológico consistiu na seleção de variáveis relativas às taxas de alfabetização da população brasileira, considerando recortes etários e geracionais que permitem observar tanto avanços quanto permanências ao longo de mais de oito décadas.

A análise foi realizada de forma comparativa e articulada com a produção acadêmica sobre a EJA, especialmente com os aportes de Di Pierro (2000, 2007, 2017), Fávero (2004, 2009), Freire (1967, 1974) e Haddad (2000). Como salienta Gil (2008), a pesquisa documental, quando associada à interpretação crítica, possibilita não apenas descrever fenômenos, mas também compreender seus significados no contexto social mais amplo. Assim, o cruzamento entre indicadores estatísticos e referenciais teóricos favoreceu a construção de uma leitura histórica e crítica da modalidade.



Do ponto de vista ético, ressalta-se que a pesquisa não envolveu contato direto com sujeitos, entrevistas ou aplicação de questionários, razão pela qual não houve necessidade de submissão a comitês de ética. Todos os dados, tabelas e gráficos utilizados são de acesso público e gratuito, disponibilizados pelo IBGE em seus portais oficiais, o que assegura a transparência e a legitimidade do processo investigativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

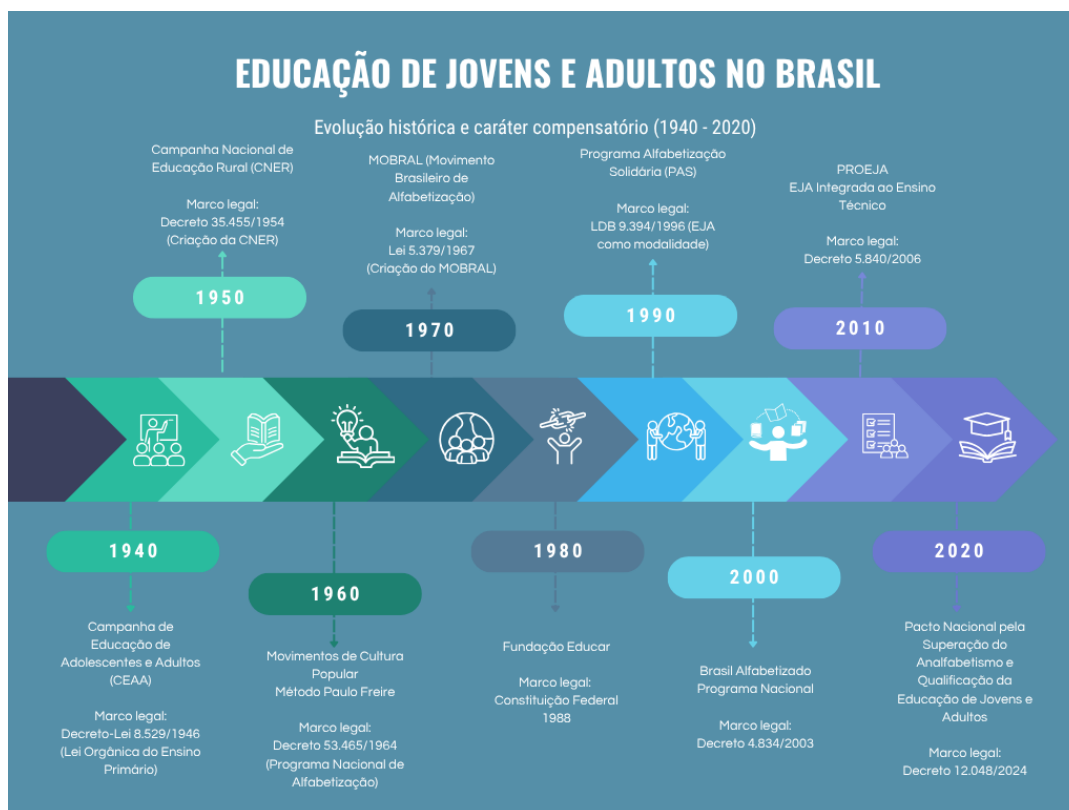
A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil possui uma trajetória histórica complexa, marcada por avanços significativos e por persistentes desigualdades estruturais. Desde a década de 1940, iniciativas de alfabetização de adultos e jovens surgiram em diferentes contextos, motivadas tanto por necessidades sociais quanto por políticas educacionais emergenciais.

A análise desses programas evidencia que, embora voltados à superação do analfabetismo, muitos assumiram caráter compensatório, oferecendo uma educação funcional limitada à aprendizagem mecânica da leitura e escrita (Di Pierro, 2000, 2007, 2017). Fávero (2004, 2009) reforça que tais políticas, embora relevantes, revelam uma fragmentação histórica marcada por disparidades regionais e sociais, em que populações periféricas e mais envelhecidas frequentemente permanecem marginalizadas no acesso à educação. Haddad (2000) destaca que o desafio não se restringe à oferta de programas, mas envolve a efetividade das políticas públicas e sua capacidade de garantir o direito à educação de maneira equitativa.

O quadro a seguir apresenta uma síntese da EJA no Brasil desde a década de 1940 até os dias atuais. Nele é possível visualizar as ações legais que buscaram atender às demandas dos jovens e adultos brasileiros, confirmando a ideia de que há propostas que buscam atender tais demandas. Porém o resultado projetado ainda não foi atingido.



Quadro síntese “Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1940 – 2020)”



Fonte: KELLER e BECKER, 2020

Organização da autora

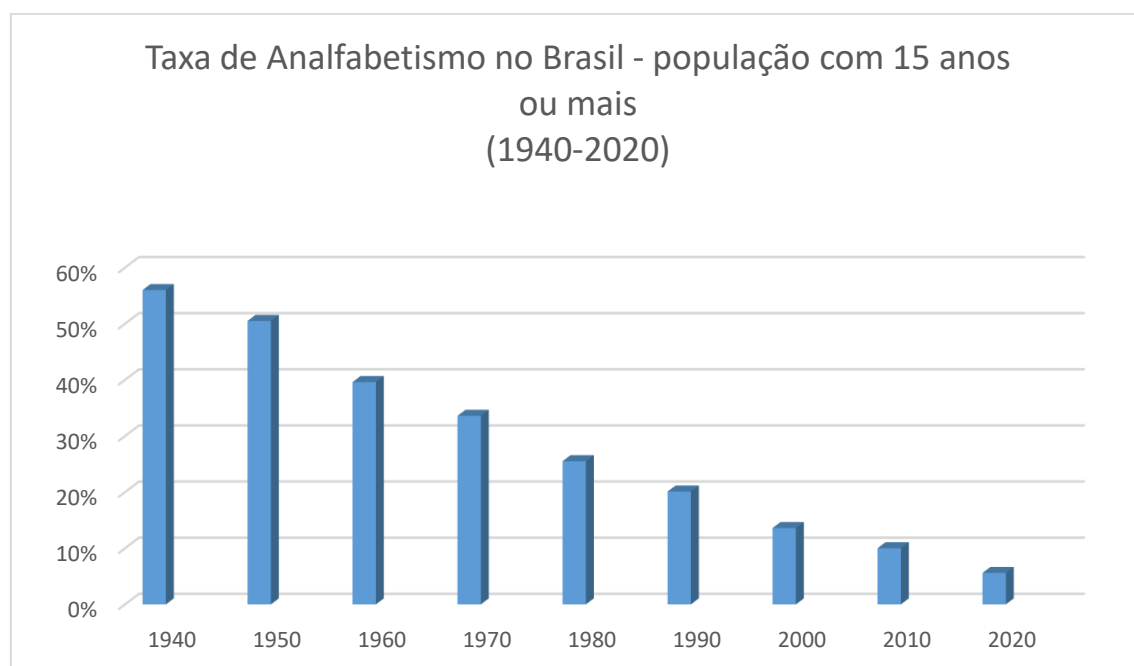
Desde os anos 1940, quando a modalidade buscava suprir as deficiências do sistema escolar regular, até os anos 2010, em que a ênfase recaiu sobre a formação integral e profissionalizante, a EJA refletiu tanto avanços em políticas públicas quanto a persistência de exclusões históricas. Cada período trouxe iniciativas específicas, influenciadas por contextos políticos, econômicos e sociais, sempre permeadas pela luta pelo direito à educação.

Nos últimos anos, um marco importante foi a criação do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, instituído pelo Decreto nº 12.048/2024. Essa iniciativa busca fortalecer a modalidade por meio de ações articuladas entre União, estados e municípios, com destaque para a ampliação de matrículas, a integração da EJA com a educação profissional e a retomada do Programa Brasil Alfabetizado. Esse movimento sinaliza um esforço recente para superar o analfabetismo e qualificar a oferta da EJA, alinhando-se ao desafio histórico de transformar a educação de jovens e adultos em um direito efetivo e emancipador.



Nesse contexto, a perspectiva pedagógica e emancipatória de Paulo Freire (1967, 1974) oferece um marco conceitual essencial para a compreensão da EJA. Para Freire, a Educação Popular é um processo contínuo de reflexão sobre a ação social e sobre a capacidade das pessoas de se mobilizarem em direção a objetivos coletivos. A prática educativa, ao se reconhecer como política, evita ficar restrita a procedimentos burocráticos e escolares formais, buscando não apenas transmitir conteúdos, mas também promover a conscientização crítica e o protagonismo dos indivíduos. Aplicada à EJA, essa abordagem reforça a ideia de que alfabetizar jovens e adultos não significa apenas ensinar leitura e escrita, mas capacitá-los a compreender, interpretar e transformar a realidade social em que vivem.

Os dados estatísticos contemporâneos, produzidos pelo IBGE, permitem observar de forma concreta a evolução da EJA no Brasil.



Fonte: Dados do IBGE
Organização da autora

Em 2024, o país atingiu 93% de alfabetização, embora 11,4 milhões de brasileiros ainda permaneçam sem habilidades básicas de leitura e escrita, correspondendo a 7% da população. A análise histórica das taxas de alfabetização evidencia avanços significativos, especialmente entre jovens de 15 a 19 anos, enquanto a população acima de 65 anos concentra os maiores índices de analfabetismo. Esses dados mostram que,



apesar das políticas educativas terem promovido progressos consideráveis, ainda existem limitações estruturais e desigualdades que precisam ser enfrentadas.

Além da dimensão histórica e pedagógica, o debate atual sobre a EJA incorpora discussões sobre inclusão, diversidade e efetividade das políticas públicas. Pesquisas recentes apontam que, embora a modalidade tenha se expandido, persistem desafios relacionados à inclusão de jovens e adultos em contextos vulneráveis, à permanência e motivação escolar, e à adaptação do currículo às demandas contemporâneas (Minayo, 2009; Gil, 2008). A articulação entre dados estatísticos e referenciais teóricos permite mapear avanços históricos e problematizar obstáculos, reforçando a EJA como direito social fundamental e espaço de construção de cidadania.

Em síntese, o referencial teórico deste estudo integra a trajetória histórica da EJA, os aportes pedagógicos de Freire e os dados estatísticos oficiais, oferecendo ao leitor um panorama articulado que conecta teoria, evidência empírica e discussão crítica. Essa abordagem possibilita compreender tanto as conquistas quanto os desafios da modalidade, situando a EJA como eixo central para a promoção da inclusão social, da cidadania e do desenvolvimento educacional no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que o Brasil tem apresentado avanços graduais nas taxas de alfabetização desde 1940. Naquele ano, o índice de analfabetismo ultrapassava 56%, enquanto em 2024 atingiu-se a melhor marca da série histórica, com 93% de alfabetização. Apesar do progresso, esse número ainda representa 11,4 milhões de brasileiros sem acesso às habilidades básicas de leitura e escrita, o que corresponde a uma taxa de analfabetismo de 7%.

Esses dados demonstram que, embora o país tenha reduzido significativamente o número de analfabetos, a superação dessa chaga histórica ainda não se consolidou. Observa-se uma profunda desigualdade intergeracional: enquanto os jovens de 15 a 19 anos apresentam taxas próximas da universalização da alfabetização, a população acima de 65 anos concentra mais de 20% dos casos de analfabetismo. Essa disparidade reflete a persistência de uma dívida educacional que se acumula ao longo de décadas, atingindo com maior força as populações das regiões Norte e Nordeste, as classes trabalhadoras e os grupos racialmente marginalizados.



A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) revela que, historicamente, as políticas públicas voltadas à alfabetização de adultos foram descontinuadas, fragmentadas e frequentemente orientadas por interesses imediatistas. Como apontam Di Pierro (2017) e Fávero (2009), a EJA no Brasil foi tratada ora como política de governo, e não de Estado, ora como instrumento paliativo para corrigir os efeitos da exclusão escolar. Essa instabilidade tem impedido a consolidação de um sistema público de EJA permanente, articulado com políticas de formação docente, valorização profissional e financiamento adequado.

Paulo Freire (1974) já advertia que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, indicando que o analfabetismo não é apenas ausência de técnica, mas resultado de um contexto de opressão que nega ao sujeito o direito de interpretar criticamente sua realidade. Nesse sentido, a manutenção de elevados índices de analfabetismo devem ser compreendidos como expressão de uma estrutura social excludente, em que a negação do conhecimento serve como mecanismo de controle político e econômico. A quem interessa a persistência dessa exclusão? A resposta parece residir na funcionalidade que a ignorância cumpre dentro de um modelo social que se alimenta da desigualdade e da concentração de poder.

Os dados do IBGE demonstram ainda que as taxas de analfabetismo entre as populações mais pobres permanecem estáveis há mais de uma década, revelando que os avanços educacionais não alcançam todos de forma equitativa. Tal cenário confirma o que Haddad (2000) denomina de “inefetividade estrutural” das políticas de EJA: apesar de sucessivos programas e campanhas, a ausência de continuidade e de acompanhamento sistemático inviabiliza resultados duradouros.

Portanto, a análise evidencia que a dívida educacional brasileira é histórica, estrutural e política. Ela atravessa gerações e compromete não apenas a EJA, mas todo o sistema educacional — da educação infantil ao ensino superior —, refletindo uma falha em larga escala na garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil constitui-se como um campo estratégico para a efetivação do direito à educação, mas que permanece marcado por desigualdades, descontinuidade e insuficiência de políticas públicas. Os



avanços nas taxas de alfabetização, embora significativos, não anulam a dívida histórica acumulada com milhões de brasileiros que foram excluídos do sistema educacional.

Constata-se que a EJA tem sido recorrentemente tratada como medida compensatória, e não como política estruturante de justiça social. A ausência de planejamento de longo prazo, o financiamento precário e a falta de integração entre os entes federativos têm produzido um cenário de fragilidade institucional que compromete a eficácia das ações. Nesse contexto, o recente Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos (Decreto nº 12.048/2024) representa uma tentativa de rearticular esforços, mas sua efetividade dependerá da capacidade do Estado de garantir continuidade e comprometimento político.

Mais do que uma questão pedagógica, o analfabetismo é um problema social e ético que expõe as contradições de um país que, embora avance tecnologicamente, ainda nega a milhões o direito básico de ler e escrever. A dívida educacional brasileira é, portanto, expressão de uma desigualdade histórica que atravessa classes, territórios e gerações. Enfrentá-la exige mais do que campanhas de alfabetização: requer vontade política, valorização da educação pública e reconhecimento da EJA como parte essencial da construção democrática.

Por fim, reafirma-se a pertinência da reflexão proposta por Paulo Freire (1967), para quem a educação é prática de liberdade. A superação do analfabetismo no Brasil implica não apenas ensinar a ler palavras, mas garantir que todos possam ler criticamente o mundo, participar da vida pública e transformar as condições que produzem a exclusão. O desafio da EJA é, portanto, o desafio da própria democracia brasileira: construir um país onde o direito à educação não seja promessa adiada, mas realidade efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 12.048, de 4 de março de 2024. Institui o **Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos** e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 mar. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1990–2000)**. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 83–96, 2000.



DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no Brasil (1986–1998): a configuração de um campo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 889–911, out. 2007.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos no Brasil: heranças, políticas e perspectivas. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: políticas públicas, práticas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 21–42.

FÁVERO, Osmar. **A educação de jovens e adultos no Brasil: da década de 1940 ao final do século XX**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FÁVERO, Osmar. A educação de jovens e adultos no Brasil: perspectivas e desafios. In: HADDAD, Sérgio (Org.). **O direito à educação de jovens e adultos: novos caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19–52.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio. **A educação de jovens e adultos no Brasil: 1986–1998**. Brasília: MEC; UNESCO, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos: 1940–2010**; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): 2012–2022; Indicadores Educacionais: 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

KELLER, Lenir; BECKER, Elsbeth Léia Spode. A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **EJA em Debate**, V. 9, N. 15, Jan.-Jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/2777>. Acesso em: 20 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 9–29.

